



PARECER Nº 146/2025 - CADFARF - O.S.: 222/2025

**REFERENTE: REGULARIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA
ONEROSA – GLEBA JACAMINHO I**

REQUERENTE: EDIMUNDO MARTINS DO NASCIMENTO

MUNICÍPIO: ALTA FLORESTA-MT

PROCESSO INTERMAT: INTERMAT-PRO-2022/21493

OFÍCIO Nº: 01070/2025/UAS/INTERMAT

PROTOCOLO ALMT: 2592/2025

PROCESSO ALMT: 770/2025 - DATA: 19/03/2025

AUTOR: INTERMAT

Relator: Deputado Estadual Gilberto Lottoni

I - Relatório

Após tramitação no INTERMAT, o presente Processo de Regularização Fundiária foi encaminhado a esta Casa, recebido e registrado pela Secretaria de Serviços Legislativos no dia 19/03/2025 e lido na Sessão do mesmo dia.

Trata-se de **Processo do INTERMAT-PRO-2022/21493**, de Regularização Fundiária, em nome de **EDIMUNDO MARTINS DO NASCIMENTO**, da propriedade denominada **SÍTIO SANTA FÉ**, localizada no Município de Alta Floresta- MT, com área de **33,8777 hectares**.

Em 21/03/2025, foi encaminhado à Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária, porém, recebido pelo Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico, no mesmo dia, o qual remeteu à referida Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de



Regularização Fundiária, com o intuito de emissão de Parecer quanto ao mérito da matéria e posterior emissão de Resolução Autorizativa, conforme previsão dos arts. 323, § 2º e 327, ambos da Constituição Estadual de Mato Grosso.

Em apertada síntese este é o relatório.

II - Análise

A criação e competência das Comissões estão determinadas conforme disposto no artigo 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso e uma das atribuições da Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária, é “dar parecer em todas as proposições que tratem da agropecuária, do desenvolvimento florestal e agrário e dos assuntos fundiários”, conforme consta no artigo 369, inciso V, alíneas “a” e “d”, do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

Observa-se que o imóvel está cumprindo sua função social, como determina o artigo 186, da C.F. e art. 9º da Lei nº 8.629/93:

Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

§ 1º Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta lei.

§ 2º Considera-se adequada à utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação



natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade.

§ 3º Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.

§ 4º A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como às disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais.

§ 5º A exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel.

O Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso – INTERMAT encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso o Ofício sob nº 01068/2025/UAS/INTERMAT, referente à Regularização Fundiária, em favor de **EDIMUNDO MARTINS DO NASCIMENTO**, da propriedade denominada **SÍTIO SANTA FÉ**, localizada no Município de Alta Floresta- MT, para fins de cumprimento do disposto no artigo 327 da Constituição do Estado de Mato Grosso, onde o referido disposto constitucional assim dispõe:

“Art. 327 - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Legislativa, salvo se as alienações ou as concessões forem para fins de reforma agrária”.

Em observância à Resolução nº 003/2007, que altera a alínea A, do inciso IV, da Norma de Serviço nº 002 de 30 de setembro de 2002, a Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária, averiguou os autos processuais, identificando as peças indispensáveis ao processo de regularização de ocupação fundiária, ratificando a documentação aposta ao parecer jurídico do INTERMAT e aos autos, conforme se depreende das fls. 91/92.



A Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer nº 05939/2024/PROINTER/INTERMAT (fls. 91 e 92), após análise da Regularização Fundiária, em nome de **EDIMUNDO MARTINS DO NASCIMENTO**, da propriedade denominada **SÍTIO SANTA FÉ**, com área de 33,8777 hectares, localizada no Município de Alta Floresta- MT, estando em conformidade com as normas procedimentais e legislação vigente, atendendo as exigências preconizadas na Carta Magna, Código de Terras do Estado de Mato Grosso e Decreto Regulamentador, motivo pelo qual opinou pelo Deferimento do processo.

Na fl. 93 consta a homologação do Procurador do Estado de Mato Grosso Dr. Laerte Jaciel Scalco Acendino, do Parecer Jurídico nº 05907/2024/PROINTER/INTERMAT (fls. 91 e 92).

Todas as informações e declarações constantes no presente Processo de Regularização Fundiária são de exclusiva responsabilidade dos Técnicos e Gestores do INTERMAT, do Requerente e do Profissional Credenciado que efetuou a medição georreferenciada.

NOTA TÉCNICA:

1. Ausente Declaração de Reconhecimento de Limites da Estrada LO-02.

É o parecer.

III – Voto do Relator

Referente ao Processo de Regularização de Ocupação Fundiária do **Processo INTERMAT-PRO-2022/21493**, em nome de **EDIMUNDO MARTINS DO NASCIMENTO**, da área de 33,8777 hectares, da propriedade denominada **SÍTIO SANTA FÉ**, localizada no município de Alta Floresta- MT.



A Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer nº 05939/2024/PROINTER/INTERMAT (fls. 91 e 92), após análise da Regularização Fundiária, em nome de EDIMUNDO MARTINS DO NASCIMENTO, da propriedade denominada SÍTIO SANTA FÉ, com área de 33,8777 hectares, localizada no Município de Alta Floresta- MT, estando em conformidade com as normas procedimentais e legislação vigente, atendendo as exigências preconizadas na Carta Magna, Código de Terras do Estado de Mato Grosso e Decreto Regulamentador, motivo pelo qual opinou pelo Deferimento do processo.

Na fl. 93 consta a homologação pelo Presidente do INTERMAT Francisco Serafim de Barros, do Parecer Jurídico nº 05907/2024/PROINTER/INTERMAT (fls. 91 e 92).

Pelas razões expostas, quanto ao mérito, o VOTO é pela **APROVAÇÃO** do **Processo INTERMAT-PRO-2022/21493**, de autoria do INTERMAT (Protocolo ALMT sob nº **2592/2025**), em nome de **EDIMUNDO MARTINS DO NASCIMENTO**.

Sala das Comissões, em 01 de Abril

de 2025.



ALMT
Assembleia Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário
e Regularização Fundiária -CADFARF
20ª LEGISLATURA – 01/02/2023 A 31/01/2027

SPMD/NADE

FLS. 160

RUB. RC

IV – Ficha de Votação

Processo: **INTERMAT-PRO-2022/21493** Parecer nº 146/2025 O.S.: 222/2025

Reunião da Comissão em: 01 / 04 / 2025

Presidente: Deputado Estadual Nininho

Relator: Dep. Gilberto Cattani

VOTO DO RELATOR

Pelas razões expostas, quanto ao mérito, o VOTO é pela **APROVAÇÃO** do Processo **INTERMAT-PRO-2022/21493**, de autoria do INTERMAT (Protocolo ALMT sob nº **2592/2025**), em nome de **EDIMUNDO MARTINS DO NASCIMENTO**, onde a Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer nº 05939/2024/PROINTER/INTERMAT (fls. 91 e 92), após análise da Regularização Fundiária da propriedade denominada **SÍTIO SANTA FÉ**, com área de 33,8777 hectares, localizada no Município de Alta Floresta, estando em conformidade com as normas procedimentais e legislação vigente, atendendo as exigências preconizadas na Carta Magna, Código de Terras do Estado de Mato Grosso e Decreto Regulamentador, motivo pelo qual opinou pelo Deferimento do processo.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (o)
Relator	
Membros Titulares	
DEPUTADO NININHO Presidente	
DEPUTADO GILBERTO CATTANI Vice-Presidente	
DEPUTADO JÚLIO CAMPOS	
DEPUTADA JANAINA RIVA	
DEPUTADO FABIO TARDIN – FABINHO	
Membros Suplentes	
DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO	
DEPUTADO CARLOS AVALLONE	
DEPUTADO VALDIR BARRANCO	
DEPUTADO THIAGO SILVA	
DEPUTADO VALMIR MORETTO	



Autor: Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária.

Autoriza a regularização de ocupação fundiária de área de terra no Município de Alta Floresta.

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com base no que dispõe os artigos 323, § 2º, e 327, da Constituição Estadual, combinados com o art. 369, V, “a” e “d”, do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a regularização de ocupação fundiária da área de terra, localizada no Município de Alta Floresta, Gleba Jacaminho I, denominada “Sítio Santa Fé”, com área total para Regularização de 33,8777 (trinta e três hectares, oitenta e sete ares e setenta e sete centiares), da matrícula nº 39.502, conforme processo específico do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), sob nº INTERMAT-PRO-2022/21493, de Edimundo Martins do Nascimento.

Parágrafo único. Os imóveis descritos acima possuem as seguintes confrontações:

- I. a norte: divisa com a Estrada LO-02, nos marcos GTF-M-1606 a GTF-M-1605;
- II. a sul: divisa com a Estância Evinhema II, posse de Fabio Fazolo, nos marcos, nos marcos GTF-M-1628 a GTF-M-1629;
- III. a leste: divisa com a Gleba Jacaminho I – Parte 3, nos marcos GTF-M-1605 a GTF-M-1628;
- IV. a oeste: divisa com Sítio Santa Maria, posse de Osvaldo Nogueira Guimarães, nos marcos GTF-M-1629 a GTF-M-1606.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



ALMT
Assembleia Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e
Regularização Fundiária
20ª LEGISLATURA – 01/02/2023 A 31/01/2027

SPMD/NADE

FLS 162

RUB EC

Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de
Regularização Fundiária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Sala das Comissões, em 01 / 04 / 2025.

Deputado Relator

Membros